

Carneiro acusa Câmara pelos atrasos

Com o recesso parlamentar consumidores, funcionários públicos, aposentados rurais e trabalhadores em geral, é o que esperar até agosto pela votação de projetos que lhes garantem novos benefícios. São todo são cerca de dez projetos com "urgência urgentíssima" — instrumento que acelera o processo de votação — que não foram aprovados no primeiro período legislativo deste ano.

Na última sessão do Senado Federal, o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), acusou a Câmara pela não aprovação das propostas antes do recesso. Disse que só recebeu os projetos nos dias 27 e 29 — dois dias antes do recesso e que não havia tempo de analisá-los.

"Os deputados demoram meses para votar um projeto depois querem que nós ratifiquemos as suas propostas em menos de 24 horas. Ora, o Senado não é uma casa homologatória. Uma das funções do Senado é revisar e aperfeiçoar as propostas da Câmara. Isso exige atenção e não pode ser feito da noite para o dia", afirmou Nelson Carneiro na sessão de encerramento do Senado.

PENDÊNCIAS

A Câmara rebateu as acusações. No caso da lei anti-sequestro, por exemplo, o presidente da Câmara, Paes de Andrade, afirmou que já havia o compromisso do Senado de aprovar o projeto assim que fosse votado. As outras matérias seguiram a tramitação normal das comissões da Câmara e foram destacadas em regime de "urgência urgentíssima" às vésperas do recesso parlamentar.

No rol de matérias que não foram votadas pelo Senado está a lei anti-sequestro — um pacote de três projetos para permitir maior agilidade da polícia contra o crime organizado. O Código Nacional de Defesa do Consumidor é outro projeto que ficará engavetado até que os senadores voltem do recesso. O projeto foi aprovado na Câmara no dia 26, chegou ao Senado dia 29 e não foi colocado em votação.